



## REPORTAGEM ESPECIAL

# Litoral gaúcho vira lugar de respiro e recomeços

*A designação “lugar de veraneio” parece incompleta para o papel que os municípios do Litoral Norte vêm assumindo nos últimos anos. Dirigentes e agentes públicos que lidaram diretamente com as vítimas da enchente histórica de maio acolhidas na região afirmam que muitas delas não pretendem mais voltar para as cidades de origem. O fenômeno lembra a época da pandemia, quando o Litoral serviu de refúgio. O crescimento exato do número de moradores nas praias – em caráter definitivo ou ao menos pelos próximos meses – ainda não é possível afirmar. Boa parte do contingente de necessitados já foi pulverizada, buscando meios de se manter por conta própria, mas há expectativa de que as demandas nas áreas de saúde e educação extrapolem a capacidade local. Por outro lado, a presença de mais gente aquece o setor de serviços e pode incrementar a oferta de mão de obra qualificada.*

LEIA NAS PÁGINAS 6 A 10



## O papel estratégico da área de finanças na retomada dos negócios gaúchos

**Artur de Castro Frischenbruder**  
 Sócio da Evermonte Executive Search

Uma das etapas mais complexas da catástrofe ambiental do Rio Grande do Sul é, sem dúvidas, o processo de retomada da normalidade. Em relação às empresas afetadas, há grande multiplicidade de realidades. Algumas ainda lidam com as consequências diretas das enchentes, enquanto outras já calculam estragos e lidam com a incerteza sobre sua continuidade. Entretanto, em ambas as movimentações, o papel da área de finanças será essencial para que as companhias gaúchas consigam se restabelecer de maneira sustentável.

Em tempos de crise, a expressão “cash is king”, ou “o dinheiro é rei”, é bastante utilizada. Logo, frente ao momento que estamos vivendo, as empresas não devem (pelo menos inicialmente) pensar em lucratividade, mas sim, em sobrevivência – e isso só será possível com dinheiro em caixa. Os negócios atingidos são, em sua

maioria, de menor porte e, em geral, não têm acesso às mesmas isenções fiscais concedidas às grandes empresas. Nesse sentido, alguns caminhos podem ser seguidos para mitigar os efeitos da crise que se aproxima.

Nos próximos meses, o papel das lideranças de finanças do Rio Grande do Sul será muito semelhante ao que foi desempenhado ao longo da pandemia e na crise de 2008. Isto é: pensar na manutenção do caixa e em soluções que contribuam para a melhoria do fluxo de pagamento e recebimento, além de impulsionar captações distintas daquelas tradicionalmente utilizadas em contextos de estabilidade, o que inclui questões como relacionamento bancário e negociação de crédito.

Em um panorama geral, estabelecer parcerias estratégicas e investir em projetos já em processo de desenvolvimento podem ser movimentos assertivos – e, embora a perda de margem possa ser uma consequência, não há necessidade de um alto investimento

financeiro, o que preserva o caixa da companhia.

Além disso, a Diretoria Financeira terá de pensar em como conseguir dinheiro mais barato, de forma rápida e com poucas garantias. O crédito clean, empréstimo em que o tomador não fornece nenhum bem como garantia da operação, pode ser uma solução de curto prazo. Pode-se, ainda, pensar em estruturas de Supply Chain Finance (SCF), cujo foco está na gestão dos fluxos financeiros na cadeia de suprimentos para captação de fundos, diminuição da necessidade de capital de giro, incremento de capital nas cadeias produtivas e redução dos custos de obtenção de crédito.

Outro ponto a ser considerado é o impacto psicológico e emocional sobre os colaboradores. Esses profissionais, inevitavelmente, estão preocupados com a segurança de seus empregos e o futuro de suas carreiras. Diante dessa realidade, é essencial que as lideranças financeiras, em conjunto com gestores de outras áreas, adotem

uma comunicação assertiva e empática. Embora a comunicação interna não seja uma atribuição direta do setor de finanças, sua participação ativa nesse processo é fundamental para a transmissão de informações claras sobre o estado da empresa, bem como para que todos estejam cientes das ações de recuperação e dos planos de contingência.

A retomada das atividades empresariais no Rio Grande do Sul deve, portanto, ser coordenada e estratégica, especialmente por parte das lideranças da área de finanças. A sobrevivência e a recuperação sustentável das empresas dependem da gestão eficiente de caixa, de soluções criativas para a captação de recursos, da negociação de condições favoráveis de crédito e, principalmente, de uma atuação disruptiva.

O desafio é grande, mas com planejamento e resiliência, é possível transformar a adversidade em uma oportunidade de fortalecimento e inovação para as empresas gaúchas.



**Outro ponto a ser considerado é o impacto psicológico e emocional sobre os colaboradores. Esses profissionais, inevitavelmente, estão preocupados com a segurança de seus empregos e o futuro de suas carreiras**

## RS: como o fomento à inovação será fundamental na reconstrução do Estado?

**Andressa Melo\***  
**e Rafael Costa\*\***

\* Gerente de inovação do FI Group  
 \*\* Diretor do FI Group Brasil

O Rio Grande do Sul é um dos estados mais inovadores do País, com um histórico de investimentos consistente nesta estratégia ao longo dos anos, principalmente, devido à conscientização sobre os benefícios da inovação para o ecossistema empresarial. Este ambiente, contudo, pode sofrer sérios prejuízos com os desastres causados pelas chuvas intensas na região, o que acende um alerta sobre a necessidade de mecanismos que auxiliem os empreendimentos locais a minimizarem seus impactos no curto e longo prazo no que tange ao tema.

O Índice FIEC de Inovação dos Estados de 2023 revelou o vasto potencial inovador do Sul, posicionando-o como a segunda região mais inovadora do Brasil. Dentro deste panorama, o Rio Grande do Sul destaca-se significativamente, contribuindo com 44% das candidaturas submetidas na Lei do Bem

da Região Sul, um dos principais instrumentos de estímulo à inovação nacional. Embora muitas ainda não recorram a este benefício, vale destacar que, entre 2014 e 2022, houve um crescimento de 138% no número de candidaturas das empresas do Estado, segundo dados do FI Group, uma das maiores referências globais em inovação. É esperado que, no futuro próximo, haja um incremento significativo nestes números, evidenciando o interesse crescente das empresas em captar recursos e aproveitar incentivos para revitalizar suas operações.

No ecossistema de inovação, todas as estratégias de estímulo são essenciais. Nesse cenário, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem se destacado, consistentemente, como uma alternativa vantajosa. De acordo com os dados do FI Group, as operações de crédito voltadas para a inovação junto à instituição tiveram um impressionante crescimento de 300% no período de 2002 a 2024, refletindo sua crescente importância no cenário econômico.

No contexto atual, após a tragédia climática que afetou o Estado, o BNDES implementou medidas de auxílio – incluindo a suspensão temporária de pagamentos e a extensão do prazo de amortização dos empréstimos por até 12 meses, com pedidos solicitados até 31 de outubro de 2024. Será disponibilizado, ainda, o FGI PEAC Crédito Solidário RS, um fundo específico para a região com mais R\$ 500 milhões em garantia para novos financiamentos.

Se juntando à causa, a Finep agência pública de financiamento à inovação, também terá condições especiais de renegociação, com destaque para a suspensão temporária de dívidas de pagamento de juros remuneratórios e dos empréstimos contratados na modalidade direta. O prazo de envio dos pedidos será até as 18 horas do dia 12 de agosto, e valerá por um período de até 12 meses. Neste momento de reconstrução do Estado, as medidas implementadas são vitais para assegurar que as empresas afetadas pelas chuvas não sofram prejuízos adi-

cionais enquanto buscam retomar suas atividades operacionais e inovativas. Afinal, em um cenário desafiador como este, é imprescindível a liberação e disponibilidade de recursos e ferramentas adequadas para superar adversidades, demandando um conjunto de intervenções governamentais focadas em apoiar essa recuperação.

Torna-se fundamental uma maior agilidade e assertividade na disponibilização de crédito, através de uma análise mais profunda que compreenda e leve em consideração a viabilidade, impacto social e econômico que cada empresa representa não só para a comunidade local, mas também em nível nacional e até internacional. Esta velocidade de análise e liberação dos recursos serão primordiais para a redução de danos à economia regional que já se encontra bastante afetada.

Uma alternativa viável no atual contexto é disponibilizar linhas de crédito com juros reduzidos, facilitando a reposição dos estoques, seja compondo as garantias para

os bancos, atenuando riscos para as instituições, ou subsidiando juros. Tal medida se faz necessária pois, apesar da oferta de financiamentos, muitas empresas endividadadas correm o risco de insolvência ao não terem capacidade para suportar novos endividamentos – situação que pode também obstruir o acesso aos benefícios da Lei do Bem e outros programas de incentivo.

Enfrentamos um cenário sensível quanto à continuidade do fluxo de inovação das empresas do Rio Grande do Sul. Diante de uma realidade tão preocupante, os mecanismos de apoio para as empresas gaúchas serão fundamentais para que elas não apenas retomem as atividades, mas continuem inovando de forma contínua. Com o Brasil posicionado no 49º lugar entre 132 países no Índice Global de Inovação da OMPI, a situação requer atenção. Neste contexto a sinergia é essencial: o Brasil depende da contribuição do Rio Grande do Sul e, em um momento tão decisivo, o Rio Grande do Sul necessita, mais do que nunca, do apoio do País.



# Renner reforça mapeamento de risco para definir abertura de novas lojas

Loraine Luz, especial para o JC  
economia@jornaldocomercio.com.br

Com os impactos causados pela enchente que atingiu o Rio Grande do Sul, a Renner adaptou suas estratégias de expansão. A gestão, agora, passa a olhar ainda mais para o mapeamento de risco antes de definir os locais onde serão abertas novas lojas.

Quatro por cento das unidades da Renner foram atingidas no início da catástrofe, com alagamento num nível pequeno, de subsolo. Em torno de 400 colaboradores, dos 5 mil no Estado, foram afetados direta ou indiretamente. Nesta entrevista, o CEO da marca, Fabio Faccio, fala sobre o impacto para a empresa, para seus colaboradores e sobre as ações que estão sendo feitas para auxiliar as vítimas e na reconstrução do Estado. "Na pandemia, investimos mais de R\$ 10 milhões. E, conforme as primeiras estimativas que fizemos, esse valor vai ser extremamente superior", prevê, sobre as doações.

**Empresas & Negócios - Como foram os primeiros momentos das decisões, quando perceberam que o desastre tomaria proporções nunca antes vistas?**

**Fabio Faccio** - A Renner nasceu no Rio Grande do Sul, nossa sede é aqui. Hoje, grande parte das lojas estão no Brasil todo, Argentina e Uruguai, mas a gente nasceu aqui. Temos um cordão umbilical com o Estado, e uma gratidão enorme com o povo gaúcho. Por isso, entendemos que temos um papel importante a reerguer o Estado, apoiar a comunidade e ajudar as pessoas. Na comparação com a pandemia, pela extensão dos problemas, não pelo número de vidas perdidas, esse momento é mais grave.

**E&N - Que cálculos fazem dos prejuízos da Renner nas primeiras semanas da catástrofe?**

**Faccio** - Eu diria que a gente não tem nenhuma perda relevante de material, de equipamento, de estoque. Infelizmente, outras empresas tiveram. O que tivemos foi perda de fluxo nas lojas, o que impacta nas vendas, além de um aumento de custos operacionais em função de alguns



Para o executivo, fica clara a importância de se ter uma estratégia de sustentabilidade quando se observa o que está acontecendo com o clima

deslocamentos mais difíceis. E temos o aporte que estamos fazendo, que é um investimento nas pessoas, nas comunidades, que é superimportante, mas com certeza sai dos nossos resultados. Uma parte, na verdade, porque boa parte dos resultados já é naturalmente voltada para isso de qualquer forma.

**E&N - A catástrofe mostra que cada vez mais é preciso investir em ESG. Essa pauta precisa de mais robustez?**

**Faccio** - É uma excelente pergunta, porque nos permite falar da nossa estratégia, de ser referência em moda responsável. A Renner trabalha fortemente nisso. Está nos nossos princípios, valores, a gente é referência. No ranking do Dow Jones Sustainability Index, por exemplo, somos a primeira em todo o setor de moda no mundo. Um momento como este reforça a importância disso. Quando a gente vê o que está acontecendo com o clima, fica clara a impor-

**“Temos um cordão umbilical com o Estado, e uma gratidão enorme com o povo gaúcho. Por isso, entendemos que temos um papel importante a reerguer o Estado”**

tância de se ter uma estratégia de sustentabilidade, de ESG para o mundo como um todo. Sei que tem gente que afirma: "ah, isso já aconteceu no passado". Me incomoda um pouco essa fala. Aconteceu em Porto Alegre em 1941, há mais de 80 anos, a gente não tinha as redes fluviais que existem hoje. Então, aconteceu em menor proporção e em menor escala. Se a gente lembrar, 30 anos depois,

foram feitos o muro, os diques, as bombas. De vez em quando foram usadas. O mais grave ainda é que num período de menos de um ano já aconteceu cinco vezes, se não estou enganado. Junho, setembro, novembro, janeiro, abril e maio. Já acontecia alagamentos, mas nunca na frequência e na intensidade com que está acontecendo, em toda a história de um Estado como o Rio Grande do Sul, cujo tamanho é praticamente um País. E não é só aqui. É no mundo inteiro. O Sudeste do Brasil nunca teve temperaturas altas durante tanto tempo no outono, é praticamente o outono inteiro com 33° C, 34° C graus em São Paulo e Minas Gerais.

**E&N - A catástrofe acelera os planos de vocês ou acreditam que estão indo em ritmo adequado e satisfatório?**

**Faccio** - Parte da adaptação climática, sim. Hoje a nossa condição de gestão é olhar para esse mapeamento de risco antes de definir os locais onde vamos

abrir lojas. Isso já está na rotina da área de arquitetura. O nosso time de sustentabilidade trabalha em conjunto com a área de construção para tomada de decisão. Isso sim a gente vai acelerar bastante. A gente já estava trabalhando assim, mas vamos acelerar muito mais essa questão de análise de risco antes da abertura de loja.

**E&N - Para finalizar, todas essas ações de resposta ao desastre já foram calculadas?**

**Faccio** - Nesse momento, é prematuro a gente afirmar um número. Ainda estamos na fase 1, tem a fase 2 que vai ser mais longa. Agora, a gente está mais preocupado em fazer para depois estimar tudo. Mas a gente fez uma primeira estimativa. Eu diria que, na pandemia, investimos mais de R\$ 10 milhões. E, conforme as primeiras estimativas que fizemos, esse valor vai ser extremamente superior. Mas é difícil precisar agora.



## Deu pra ti, baixo astral

Um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reúne 3 mil estudos científicos, revela que as artes melhoram a saúde. Entre os benefícios estão a prevenção ao estresse e à depressão, redução da ansiedade, resiliência e melhor qualidade de vida.

E como os gaúchos estão precisando muito deste “remédio”, artistas se uniram no projeto Para Poder Seguir e trazer o sorriso de volta ao estado. O festival Deu Pra Ti Baixo Astral – Juntos pra voltarmos a sorrir reúne mais de 60 profissionais em 11 espetáculos, num evento que marca a retomada da agenda cultural de Porto Alegre.

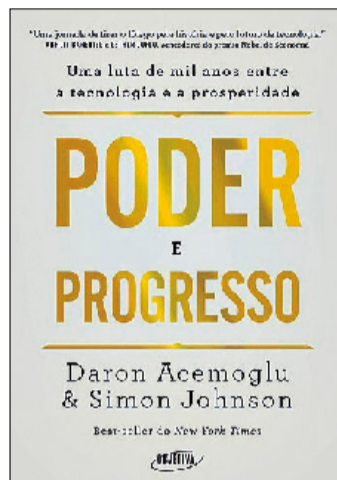
O Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul (CIEE-RS) está atuando como um catalisador do projeto. Com a parceria, o palco do Teatro CIEE-RS Banrisul recebe o festival entre os dias 24 e 30 de junho.

Em meio ao caos, a cultura salva muita gente e traz essa energia positiva, para cima, para frente.

O coordenador do Centro de Eventos do CIEE-RS, Paulo Becon, destaca que a instituição conduz ações para atender às pessoas atingidas pelas enchentes, jovens em situação de vulnerabilidade e suas famílias, colaboradores e empresas parceiras. “Não poderia ser diferente com o setor artístico, que precisa retomar as atividades. Em meio ao caos, a cultura salva muita gente e traz essa energia positiva, para cima, para frente. Esse festival é um bálsamo, um grande abraço em todo o nosso estado”, reforça.

Juliana Barros, idealizadora do projeto, autora e diretora teatral, reforça que os artistas precisam estar engajados na reconstrução. “Nós precisamos trabalhar, estar inseridos nessa retomada. Além disso, a arte, a cultura, a música, o teatro são importantíssimos para que as pessoas se desconectem do sentimento de tragédia. Queremos promover a alegria, a esperança, a fé de que tudo vai dar certo”, conclui.

O show gratuito de lançamento do videoclipe “O Amanhã Colorido”, de Duca Leindecker, com Paulo Miklos, Valéria Barcellos e Humberto Gessinger, abre o festival. Ingressos e a programação completa estão em [www.deupratibaixoastral.com](http://www.deupratibaixoastral.com).



### Tecnologia

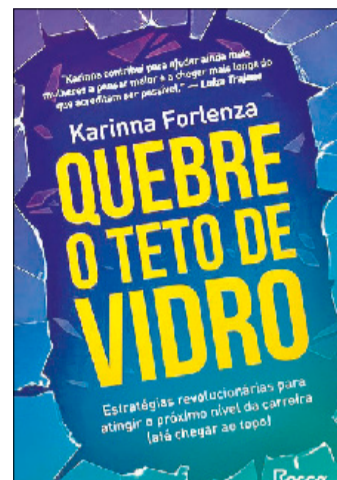
A adoção de mais tecnologia não implica necessariamente em mais progresso. Pelo menos é o que defendem os professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Daron Acemoglu e Simon Johnson, em seu livro “Poder e Progresso: uma luta de mil anos entre a tecnologia e a prosperidade”.

De acordo com os autores desta obra, o progresso depende das escolhas que fazemos sobre o uso e os avanços da tecnologia. Estes avanços, no entanto, costumam servir apenas aos interesses de uma pequena elite que controla os meios de produção e de poder.

Para sustentar e exemplificar sua tese, Acemoglu e Johnson lembram que, durante a Idade Média, a riqueza gerada pelos aprimoramentos na agricultura foi absorvida pela nobreza. Da mesma forma, na Inglaterra, o primeiro século de industrialização serviu para encher os bolsos dos empresários. Enquanto isso, operários enfrentaram duras jornadas de trabalho e momentos em que seus salários ficaram estagnados.

Os autores afirmam que esse cenário se repete nos dias de hoje. A expansão da inteligência artificial diminui a estabilidade dos empregos e da democracia por meio da automação indiscriminada, da coleta maciça de dados e da invasão de privacidade. Best-seller do New York Times, o livro mostra como a tecnologia pode voltar a servir a propósitos mais igualitários.

**Poder e progresso: uma luta de mil anos entre a tecnologia e a prosperidade;** Daron Acemoglu e Simon Johnson; Objetiva; 765 páginas; R\$ 114,90; Disponível em versão digital



### Trabalho

No livro “Quebre o teto de vidro”, a autora Karinna Forlenza utiliza sua experiência pessoal para ajudar outras mulheres a superarem as armadilhas de um mundo corporativo extremamente masculino.

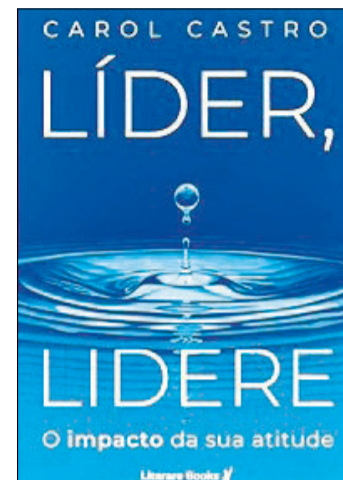
Aos 32 anos de idade, Karinna foi surpreendida por uma demissão inesperada, apesar de todo seu esforço e entrega pessoal. Ela tinha recém alcançado o cargo de diretora de uma grande empresa.

Depois de uma reflexão sobre o que aconteceu, Karinna percebeu que isso também era comum a outras mulheres. De acordo com ela, o mundo corporativo estabelece os chamados “tetos de vidro”, barreiras invisíveis que impedem as mulheres de realizarem seu crescimento profissional dentro das empresas. Para Karinna, as mulheres não são treinadas para compreender e enfrentar.

O livro é uma obra para quem quer se desenvolver nas corporações, se autopromover de forma elegante, fazer alianças estratégicas e ser reconhecido. Karinna utiliza momentos de sua história para ensinar e facilitar a evolução de carreiras.

Karinna Forlenza é especializada em comportamento profissional entre os diferentes gêneros e criou sua empresa para orientar mulheres no mercado de trabalho, além de também ter escrito o livro “Propósito: 20 dicas para construir o seu”.

**Quebre o teto de vidro: estratégias revolucionárias para atingir o próximo nível da carreira (até chegar no topo);** Karinna Forlenza; Rocco; 256 páginas; R\$ 59,90; Disponível em versão digital



### Liderança

Para quem aspira à liderança eficaz e humana, o livro “Líder, lidere: o impacto da sua atitude”, de Carol Castro, é uma ótima opção.

Nesta obra, a autora busca envolver o leitor em uma jornada transformadora e conduzi-lo por caminhos que desafiam as concepções tradicionais de liderança. Para isso, ela compartilha estratégias e técnicas baseadas em suas próprias experiências e aprendizados. No entanto, ela acredita que conhecimentos técnicos não são tudo o que um líder deve oferecer.

De acordo com Carol, o verdadeiro poder de liderança está na capacidade de formar equipes que se autogerenciem e que sejam coesas, onde cada um dos membros contribui para um objetivo em comum. Neste caso, o líder precisa inspirar, mobilizar e conectar-se com as outras pessoas.

O livro de Carol Castro é uma leitura imprescindível para aqueles que desejam não apenas gerenciar, mas de fato liderar com impacto e significado. “Líder, lidere” reflete o trabalho transformador que Carol realiza no Instituto HOP, uma espécie de escola de liderança. A carreira de Carol Castro é marcada pela capacidade de combinar resultados excepcionais com o desenvolvimento pessoal e profissional de seus membros. Carol Castro é uma consultora renomada em negócios e desenvolvimento de líderes, reconhecida como uma referência em sua área. Sua sólida carreira em uma grande multinacional.

**Líder, Lidere: o impacto da sua atitude;** Carol Castro; Literare Books International; 200 páginas; R\$ 64,90; Disponível em versão digital



## Responsabilidade social

# Instituto Meiriane Azeredo faz campanha para crianças vítimas das enchentes no RS

» Campanha busca focar nas necessidades específicas de cada momento da crise

Matheus Trevizan  
matheust@jcrs.com.br

O Instituto Meiriane Azeredo - Centro Clínico e Educacional de Psicologia, localizado na cidade de Canoas, uma das mais atingidas pelas enchentes do mês de maio no Rio Grande do Sul, organiza uma campanha em benefício das crianças com desenvolvimento típico e atípico atingidas pela grave crise climática. A campanha quer arrecadar dinheiro para compra de fraldas, lenços umedecidos, remédios, calçados e roupas de inverno.

O instituto, que foi criado em 2018, é hoje uma das referências em tratamentos do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), recebendo pacientes de todo o Estado, principalmente de Porto Alegre, Região Metropolitana e Serra Gaúcha. O local trabalha com Intervenção Comportamental (Terapia ABA), Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) e Terapia Assistida com Animais. A diretora do instituto, a psicóloga Meiriane Azeredo comenta que as crianças atendidas vivem em Porto Alegre, Região Metropolitana e na Serra, sendo o serviço prestado no local de preferência para o acompanhamento da criança, podendo ser, por exemplo, em casa ou na escola.

"Atualmente, um número entre 40 e 45 crianças são atendidas pela terapia em todo o Estado" relata. Os pacientes recebem cuidados de atendentes que são os aplicadores da terapia, eles são

**Entre os objetivos está o de arrecadar itens como fraldas, lenços umedecido, roupas de inverno, calçados e medicamentos**

prestadores de serviços, geralmente com formação na área da saúde ou da educação e que são selecionados e treinados para ir aplicar a terapia sob supervisão dos coordenadores e com supervisão geral de Meiriane Azeredo.

A campanha que está em curso busca auxiliar as crianças cujas famílias perderam itens básicos para os seus cuidados diários. "A nossa ideia é poder focar em ajudar essas famílias a retomarem as suas vidas, por isso queremos ajudar com as necessidades que as crianças apresentarem, como, fraldas, lenços umedecidos e fórmulas infantis. Por esse motivo, lançamos a campanha de arrecadação via Pix" explica a diretora.

O Pix da instituição para doações é [financeiro@clinicameirianeazeredo.com.br](mailto:financeiro@clinicameirianeazeredo.com.br). Enfatiza-se que será feita a prestação de contas para a comunidade de todos os valores arrecadados. Meiriane também ressalta que quem puder e desejar ir presencialmente até o Instituto para deixar sua doação, ele fica localizado na rua Dr. Barcelos, 770, bairro Centro, Canoas. O horário de funcionamento é das 8h às 12h e das 13h às 17h30min. "Na primeira leva,



TIAGO FERRONI/DIVULGAÇÃO/JC

O instituto é hoje uma das referências no Estado em tratamentos do Transtorno do Espectro do Autismo

conseguimos arrecadar R\$ 1,3 mil que já foram repassados em fraldas e lenços umedecidos" destaca Meiriane. Um dos primeiros locais que foi beneficiado com a entrega de doações foi a Associação Pestalozzi de Canoas, uma organização sem fins lucrativos que trabalha com garantia e defesa dos direitos da pessoa com deficiência intelectual.

Uma preocupação levantada por Meiriane foi a de que muitas crianças estão em abrigos e, portanto, acabam se tornando mais

vulneráveis. "Se exige um cuidado redobrado dos pais e a necessidade de se manter uma rotina, apesar de terem saído de casa" comenta. A psicóloga salienta que se deve reforçar com as crianças típicas e atípicas, por exemplo, o horário para tomar café, para escovar os dentes ou tomar banho.

Na situação atual, ela também alerta que os adultos também estão sofrendo bastante e reforça a importância de que os profissionais da saúde possam estar se voluntariando. "Essa tragédia,

infelizmente, não vai acabar tão cedo e nós vamos precisar de mais voluntários no decorrer desse tempo" exclama Meiriane.

No que se refere a entrega de doações ao longo prazo, a psicóloga afirma que a ideia é focar no que é necessário em cada momento específico. "Então, nesse momento, com o inverno, nós vemos a necessidade de determinados produtos, mas com o tempo nós vamos sondando e vendo o que vai se tornando prioridade" frisa.

## Acessibilidade também significa proporcionar um ambiente de acolhimento

A atual situação pode causar estresse e é necessário um cuidado maior com as crianças neuroatípicas. Nesse contexto, o advogado e palestrante nas áreas de acessibilidade e inclusão Marcos Bliacheris esteve em diversos abrigos para essas crianças e ressalta que a aceitação e a compreensão das pessoas de que esse grupo tem suas peculiaridades, é uma dificuldade que

está sendo enfrentada.

Nesse cenário, espaços mais preparados para recebê-las ou mais reservados estão sendo procurados, com objetivo de evitar lugares barulhentos e com a circulação de muitas pessoas. "É preciso entender que para um autista, um ambiente desses é o que se chama de uma sobrecarga sensorial. Muitos autistas têm uma maior

sensibilidade, seja a luzes ou a ruídos, então acaba sobrecarregando eles e desregulando o emocional, podendo afetar toda a família" explica Bliacheris.

Na questão de acessibilidade, ele destaca que não se trata somente de rampas ou Libras, mas um conceito amplo e que para o autista a acessibilidade vai ser ter um ambiente adequado. "Ter um local ade-

quado para que essa criança, essa família, que já passou pela perda da sua casa, do seu ambiente e da sua rotina, não tenha mais prejuízos" afirma. Numa visão a longo prazo, Bliacheris comenta que dentro do possível, as instituições devem dar o máximo de previsibilidade.

"Tem que se pensar em semanas, não em dias, porque a previsibilidade de saber que está num lu-

gar seguro e saber que pode ficar nele até a situação se normalizar é muito importante" destaca o advogado, que explica que a imprevisibilidade pode desorganizar muito o autista e sua família e causar sofrimento. Reforçando o acolhimento por parte do governo e das instituições para todos aqueles que foram colocados em situação de insegurança.



## REPORTAGEM ESPECIAL

# Litoral vira morada de quem não quer voltar a locais atingidos por enchentes

» Cheia histórica de maio é novo marco de mudança no cenário dos municípios litorâneos

Loraine Luz, especial para o JC  
economia@jornaldocomercio.com.br

Neusa Zynich, 66 anos, está em Balneário Pinhal, na casa da filha, Gabriela dos Santos Zynich, depois de perder a residência em Canoas para a enchente. Myllena Moreira, 24 anos, está na casa do pai, em Tramandaí, com o filho Micael, de 8 anos, depois de ter sido resgatada pelos bombeiros do apartamento onde morava, também em Canoas.

Tiago Bopsin, 36 anos, está abrigado em Capão da Canoa. Sua casa recém-construída nos fundos de um terreno no bairro Humaitá, em Porto Alegre, foi levada pelas águas. Valnéria Ribeiro, 46 anos, reveza residências de conhecidos, em Magistério e em Cidreira, sem ter como voltar para a Ilha da Pintada, na Capital, onde passou toda a vida. Vinicius Grings da Silva, 33 anos, está com a família em Osório, depois que a residência em Rolante foi inundada, destruindo móveis, eletrodomésticos e itens pessoais.

Em comum entre eles não apenas o maior desastre socioambiental da história do Rio Grande do Sul, mas uma decisão: a de permanecer no Litoral. “Avaliamos que entre 5% e 10% do total que foi para o Litoral parece desejar ficar. Vamos dizer que 5% é um percentual mais adequado. Isso pode ser percebido pelo pedido de vagas em creches e cadastros de SUS”, afirma o presidente da Associação dos Municípios do Litoral Norte (Amlinorte) e também prefeito de Maquiné, João Marcos Bassani dos Santos. Para ele, a decisão de ficar é um desejo de recomeçar.

Ique Vedovato, prefeito de Imbé, vê semelhanças entre o momento atual e o período da pandemia, quando o Litoral também recebeu mais gente por um longo período. “É muito parecido. Muitas pessoas que deverão recomeçar sua vida o farão por

aqui. Teremos um incremento populacional grande”, aposta. Para o secretário de Assistência Social de Balneário Pinhal, Rômulo Ingracio, é evidente pelas ruas que muita gente continua na praia mais de 40 dias depois do início do desastre. “Entre 50% e 60% ainda permanecem”, estima ele.

Em outras localidades na faixa leste gaúcha, a percepção é parecida. “Ainda tem muita gente aqui, a cidade está aquecida, mais ou menos como um dia de semana de veraneio”, atesta o prefeito de Capão da Canoa, Amauri Magnos Germano, durante entrevista em meados de junho. Segundo ele, houve picos de 150 mil e até 180 mil pessoas que passaram pela praia durante os dias mais críticos da enchente em Porto Alegre e Região Metropolitana.

“Ainda não dá para ter certeza do número, mas em conversas com técnicos e secretários que tiveram mais contato com as pessoas que precisaram de atendimento, sabe-se que muitas não pretendem voltar”, garante.

A prefeitura de Cidreira projeta que o número de habitantes aumentou em cerca de 8 mil desde as inundações, entre desabrigados acolhidos por moradores e veranistas não necessariamente atingidos, mas que buscaram o

Litoral para fugir do caos. Segundo nota à reportagem, há forte expectativa de que muitos não retornem às cidades de origem, dada a maior demanda nas unidades de saúde da família, em postos e na transferência de registros SUS.

Na agência Sine/FGTAS dentro do centro administrativo da prefeitura, um detalhe chama a atenção dos recrutadores: currículos com mais experiência, o que faz Zeno Andrade, secretário da Indústria e Comércio de Cidreira, pasta responsável pelo Sine, relacionar à presença na praia de pessoas vindas de outras localidades por causa da enchente.

“Por isso estamos falando com os empresários locais, fazendo uma campanha para que divulguem suas vagas”, afirma Zeno. No entendimento dele, com mais gente circulando, o setor de serviços deve precisar reforçar o quadro de funcionários para se adequar à demanda.

A possibilidade de currículos mais incrementados também chamou a atenção do coordenador do Sine de Capão da Canoa, Cristian Machado, que teve a iniciativa de visitar abrigos e oferecer o cadastro a pessoas acolhidas, caso tivessem interesse em emprego local. Segundo ele, trabalhado-



Neusa está na casa da filha, Gabriela dos Santos, em Balneário Pinhal

res com experiência em cidades maiores têm outra cultura. Em conversa com coordenadores de outras agências no Litoral, durante reunião de praxe no final de maio, Machado afirma que todos perceberam, no movimento por procura de vaga, a presença de pessoas que fugiram das cheias – na ordem de 10% do total de atendimentos em algumas delas.

“Tivemos um movimento de procura por vaga entre os desabrigados”, confirma Dione dos Santos, coordenadora do Sine/FGTAS em Torres. Preocupada com a questão da empregabilidade, ela conta que se reuniu com representantes públicos e do empresariado local logo nas primeiras semanas.

“Por sorte, está se instalando uma unidade Stok Center na cidade, abriram cerca de 200 vagas e estamos encaminhando as pessoas. Ainda estão em fase de entrevistas e seleção”, avisa ela. Em nota à reportagem, a prefeitura de Torres afirma que pelo menos 20 famílias daquelas recebidas durante o caos permanecem na cidade, fato percebido devido a novas matrículas na rede municipal de ensino.

Na primeira semana de junho, o número de atendimentos entre alojados em casas de moradores de

Osório chegava a mais de 850 pessoas, aproximadamente, conforme dados do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Para além da presença de novas pessoas na cidade, o município pode viver um outro efeito das enchentes.

Conforme Lucas Gehlen, presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Osório (ACIO), empresas da Região Metropolitana de Porto Alegre atingidas pelas cheias consideram a possibilidade de se mudarem para a cidade. Gehlen foi convidado a participar de um comitê para recepcioná-las e está otimista de que Osório seja escolhido por elas (os nomes não ainda podem ser divulgados). “São indústrias do setor alimentício, do moveleiro, da construção civil e de commodities”, afirma.

Representante do Secovi-RS para o Litoral Norte, Marcelo Callegaro acredita que as consequências definitivas dessa migração causada pelo evento climático só ficarão mais claras nos próximos meses. “A gente ainda não detectou a força dessa migração. Acreditamos que deve haver uma tendência de aquisição de imóveis. Mas temos de aguardar. O que sabemos é que muitas regiões do Estado vão demorar para se recompor”, observa.



Myllena migrou, com o filho Micael, para casa do pai em Tramandaí

LORAINÉ LUZ/ESPECIAL/JC

MYLLENA MOREIRA/ARQUIVO PESSOAL/JC



**"Eu teria perdido a minha casa também, se não tivesse me mudado para cá há alguns meses."**

**Gabriela dos Santos Zynich**, 49 anos, que mora em Balneário Pinhal desde outubro do ano passado e agora sua casa é também a dos pais, Ramon e Neusa, após o casal perder tudo com a enchente em Canoas. "Minha mãe estranhou um pouco, aqui é mais tranquilo que na cidade grande, né? Mas ela já está fazendo amizade com as vizinhas", comenta a funcionária pública concursada.

**"Quero continuar por aqui, vou procurar trabalho na área de mercado e farmácia. Pretendo recomeçar."**

**Myllena Moreira**, 24 anos, se sente mais segura e acolhida no Litoral, onde tem muitos familiares, de parte de mãe e pai e também de parte do marido, que ficou em Canoas por causa do emprego. O casal morava no bairro Fátima há pouco menos de três meses e, agora, se forem voltar para Canoas, buscarão outra região. "Minha ideia é ficar em Tramandaí pelo menos até fevereiro", afirma ela, ao lado do filho, Micael, de 8 anos.

**"A gente limpou a casa em Rolante, mas não vamos voltar. A cada chuva que dá, ficamos com medo."**

**Vinicius Grings da Silva**, que, com a esposa, Thalita Luana Faccio, e a filha, Chloe, está morando em Osório, em sua segunda casa, desde o início de maio. A enchente acelerou os planos do casal de se fixar no Litoral. Com a mudança, os empresários que trabalham em home office à frente de um açougue online (pedramoura.com), incrementaram o negócio, que agora passa a atender os municípios do Litoral o ano todo, não somente no verão.

**"O pessoal aqui (do abrigo) está vendo possibilidades de trabalho para mim. Minha ideia é ficar, gosto do Litoral."**

**Tiago Bopsin**, 36 anos, que trabalhava em obras em Porto Alegre, onde, usando todas as economias, tinha construído uma pequena moradia no bairro Humaitá, um dos mais castigados pela enchente. Ele acabou acolhido em um abrigo em Capão da Canoa depois de chegar à praia apenas com a roupa do corpo. "Penso em fazer brigadeiros gourmet para vender na rua, sou comunicativo e disposto", planeja.

**"Por enquanto não tenho para onde voltar. (...) Aqui no Litoral está muito bom, eu quero ficar."**

**Valnéria Ribeiro**, 46 anos, que até abril trabalhava na cozinha, como funcionária terceirizada, da Escola Maria José Mabilde, destruída pela enchente na Ilha da Pintada. As águas subiram até a sacada de sua residência, de dois andares. Ela calcula que vai ser longa a espera pelo que vai acontecer com a escola e com o bairro como um todo agora. Enquanto um grande ponto de interrogação ocupa seu cotidiano, ela pretende ficar em Cidreira e, assim que tudo ficar melhor definido, procurar trabalho.

VINICIUS GRINGS DA SILVA/ARQUIVO PESSOAL/JC



Vinicius com a esposa Thalita Luana e a filha Chloe mudaram para Osório

FÁBIO VIVALDINO LOPES/DIVULGAÇÃO/JC



Torres, conhecida mundialmente pelo Festival de Balonismo, está entre os destinos procurados como refúgio

## Alta temporada fora de época

Não teve o tradicional verão de maio este ano, mas o mês reservou ao Litoral Norte um movimento de alta temporada inesperado. Diferentes setores da economia local experimentaram uma demanda atípica - principalmente nos primeiros 15 ou 20 dias, quando o maior desastre socioambiental da história gaúcha instaurou o caos na Capital e na Região Metropolitana. A sugestão de desafogar Porto Alegre e arredores partiu do próprio prefeito, Sebastião Melo.

O papel de abrigo e refúgio assumido pelo Litoral, tal qual aconteceu durante a pandemia, aqueceu o setor de serviços - como supermercados, restaurantes, farmácias, postos de combustível e imobiliárias - mas também exigiu esforços de gestores públicos e da comunidade em geral, que se voluntariou para acolher os mais necessitados.

"Nos primeiros 10 dias tivemos um aumento em torno de 90% em relação ao mesmo período do ano passado", comenta Cesion Pereira, diretor Agas (Associação Gaúcha de Supermercados Gaúchos) em Capão da Canoa e diretor da Rede Super da Praia. Para se adequar à demanda, ele remanejou 25 funcionários de outras lojas para a de Capão. "Depois, caiu para 30% nos outros dias e no final de maio para em torno de 15%, o que deve se manter em junho", projeta. Segundo o dirigente, supermercadistas de Xangri-Lá e Imbé tiveram a mesma percepção.

Em nota para a reportagem, a rede de farmácias São João, com 50 lojas espalhadas pelo Litoral, confirmou um "considerá-

vel aumento" de clientes no mês de maio, demanda associada à migração pelas enchentes. Já o grupo Panvel registrou pelo menos 20 dias de movimento extra, chegando a 65% superior se comparado ao mesmo período do ano passado e exigindo ajustes para dar conta dos atendimentos. "Foram contratados cerca de 38 funcionários temporários em 23 lojas do Litoral Norte. Parte destes profissionais já havia atuado conosco na temporada de verão, o que agilizou o processo de integração", relata Roberto Coimbra, diretor-executivo da Panvel.

Segundo a Sulpetro, postos da região de Capão registraram aumento de cerca de 30% na demanda por combustível até por volta do dia 17 do mês de maio.

A migração anormal alterou a rotina do mercado imobiliário. Representante Secovi-RS para a região, Marcelo Callegaro confirma a maior procura por locações no período. "Aqui em Tramandaí e Imbé, muita gente veio de Canoas. Soubemos de imóveis com 25, 30 pessoas", destaca. Danubia Almeida, proprietária da imobiliária Via-Mar, em Tramandaí, compara o mês de maio ao movimento na semana de Ano Novo. "Nunca existiu uma procura assim em meses de maio, por locações de uma semana, 15 dias, e tem cliente que alugou por 30 dias e estão renovando por mais 30", afirma ela.

A imobiliária Noêmia - Central de Aluguéis, que atua exclusivamente com locações em Capão da Canoa, verificou um aumento de 20% nos negócios, em comparação a maio do ano passado. "Agora tem gente procurando por

anual. Porque se gosta, se adapta à cidade, aí compra", avalia a diretora, Noêmia Reckziegel. O que chamou a atenção de Cristian Novascki, proprietário da Imobiliária Home, de compra e venda, foi o crescimento do movimento no site da empresa. E ele se espanta como morador da praia também: "A (avenida) Paraguassu não tinha lugar para estacionar. Supermercados, salão de beleza e restaurantes praticamente lotados".

Pouco mais de 60 quilômetros dali, em Torres, a migração inesperada rendeu ao Cantinho do Pescador, tradicional restaurante de frutos do mar às margens do Mampituba, um faturamento 30% superior durante os primeiros 15 dias de maio (se comparado ao mesmo período de 2023). "Na terceira semana, caiu mas ainda se manteve superior ao mesmo mês do ano passado", comenta Douglas Mesquita, proprietário. A demanda não o pegou desprevenido: "Como nos preparamos para o Festival de Balonismo (cancelado justamente pelo estado de calamidade pública no RS), tínhamos estoque e conseguimos atender bem o movimento".

O aquecimento do setor foi percebido em outras praias também. "Tanto a hotelaria quanto a gastronomia sentiram a movimentação fora de época, cerca de 40% superior", afirma Ivone Ferraz, presidente do Sindicato dos Hotéis e Restaurantes do Litoral Norte. Segundo ela, no final de maio, a movimentação atípica já havia caído pela metade, mas se mantinha fora do comum.



## REPORTAGEM ESPECIAL



CLAUDIO MEDAGLIA/ESPECIAL/JC

Capão da Canoa está entre as cidades mais procuradas por quem precisou deixar a casa em busca de refúgio

## Esforço voluntário foi fundamental para atender milhares de necessitados

**Lorraine Luz**, especial para o JC  
economia@jornaldocomercio.com.br

A Amlinorte estima que, no auge da catástrofe, tenham se deslocado para o Litoral Norte entre 400 mil e 500 mil pessoas. Em um primeiro momento, os destinos mais impactados foram Cidreira, Balneário Pinhal, Tramandaí e Capão da Canoa – os dois primeiros pela proximidade com a Capital e porque o acesso é feito pela ERS-040, uma das únicas estradas com condições

de trânsito na ocasião.

Os setores mais impactados nos municípios foram saúde e assistência social. As doações e a proatividade de voluntários, entre cidadãos e empresas, tiveram uma importância fundamental para que as cidades pudessem absorver essas demandas. Entre aquelas pessoas desabrigadas, foram necessários atendimento médico e medicações, além de itens básicos, como roupas e cestas básicas.

Vale lembrar que a região também registrou transtornos no atí-

pico mês de maio. Levantamento da Amlinorte aponta que, dos 23 municípios, apenas dois não registraram problemas. Nas praias, os transtornos foram essencialmente alagamentos de ruas.

Diante da permanência de migrantes, os municípios que mais receberam desabrigados e desalojados estão na expectativa do impacto do aumento de demandas na Secretaria de Saúde, cujo orçamento já é apertado. Além disso, as ajudas voluntárias costumam se reduzir.



“Os municípios foram pegos despreparados, porque já haviam desmontado a estrutura de veraneio.”

**João Marcos Bassani dos Santos**, presidente da Associação dos Municípios do Litoral Norte (Amlinorte) e também prefeito de Maquiné



FREDY VIEIRA/ARQUIVO/JC

Região litorânea também registrou transtornos atípicos no mês de maio

### Destinos solidários

#### Imbé

A repentina fuga de gaúchos para a cidade precisando de assistência chegou a provocar, no dia 8 de maio, decreto de calamidade pública pelo prefeito, que acabou revogado no dia seguinte. Àquela altura, a cidade já havia recebido cerca de 5 mil pessoas necessitadas. O movimento na cidade foi ainda maior, dada a presença de moradores também, como nos dias de verão. O CTG Querência do Imbé foi ponto de recebimento e distribuição de doações. Nos primeiros dias de ação, cerca de 40 voluntários assumiram as atividades no local.

#### Tramandaí

Na primeira quinzena de maio, estima-se que cerca de 50 mil pessoas tenham migrado para a cidade. Nos primeiros dias, o cenário se assemelhava ao de um dia de veraneio. A prefeitura montou uma estrutura no Centro Municipal de Eventos para auxílios, recebimento e distribuição de doações. Até 15 de maio, mais de 9 mil pessoas já tinham sido atendidas. Dali também saíram doações para outras cidades. O trabalho foi possível com o apoio de inúmeros voluntários. A enchente histórica cancelou a 33ª edição da Festa Nacional do Peixe, um evento importantíssimo para a economia local.

#### Cidreira

Conforme o gabinete da prefeitura, foram realizados mais de 20 mil atendimentos, porém, muitos reincidentes. A gestão municipal não disponibilizou abrigos próprios, mas montou um “QG” para recebimento e distribuição de doações, contando com um grupo de voluntários. As atividades foram encerradas em 7 de junho no local.

#### Balneário Pinhal

Conforme o secretário de Assistência Social, Rômulo Ingracio, cerca de 10 mil pessoas passaram pelo ponto de apoio do município, buscando atendimento em maio. A própria sede da prefeitura foi ponto de coleta de doações, assim como o Salão Paroquial da Capela São Pedro, em Magistério. Pinhal chegou a decretar situação de Emergência por causa de alagamentos.

#### Torres

PREFEITURA DE TORRES/DIVULGAÇÃO/JC



Segundo relato da assessoria de imprensa de Torres, a cidade experimentou um repentino e grande movimento no comércio local e a presença de “um número incalculável de veranistas” no período mais crítico enfrentado pela Capital. No dia 11 de maio, havia pelo menos cinco abrigos organizados por voluntários – 3 deles da igreja evangélica Jesus’s House. Recebidos por entidades religiosas ou parentes, 600 desabrigados, aproximadamente, impactaram na procura por serviços da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e da Secretaria de Saúde, como distribuição de cestas básicas e aplicação de vacinas contra a gripe. No final de maio, o movimento na praia estava normalizado.

#### Capão da Canoa

Conforme a prefeitura, cerca de 4 mil pessoas se estabeleceram na cidade, em casas alugadas, compartilhando endereços ou mesmo acolhidas por parentes. Para atender quem chegou sem nada, foram criadas estruturas temporárias, para arrecadar e distribuir doações, além de dar atendimento médico e psicológico. Por iniciativa de grupos de voluntários, os necessitados puderam contar com abrigos. O envolvimento da comunidade e de empresários foi fundamental para suprir as necessidades das vítimas.



## REPORTAGEM ESPECIAL

## Título de moradia ‘eventual’ não reflete a realidade das praias

O crescimento populacional de municípios litorâneos ganhou destaque durante a pandemia de Covid-19 e, agora, a catástrofe das inundações de maio se torna outro marco no desenvolvimento recente da região. Ainda que não se possa radiografar exatamente os efeitos permanentes dela em cada cidade, a migração forçada pelas enchentes, momentânea ou definitiva, reforça uma reivindicação de gestores públicos locais: as praias já não poderiam mais ser tratadas como moradia eventual. A classificação de segundo domicílio pelo IBGE impacta na destinação de recursos financeiros provenientes de fontes públicas.

“Cada vez mais o próprio veranista permanece mais tempo no Litoral. Em muitos casos, é praticamente meio a meio com a cidade de origem. Só que todas as políticas públicas são voltadas para os locais identificados como primeiro domicílio, e as cidades do Litoral seguem tratadas como domicílio eventual. É o eventual que não é mais tão eventual”, destaca João Marcos Bassani dos Santos, presidente da Associação dos Municípios do Litoral Norte (Amlinorte) e também prefeito de Maquiné.

Segundo ele, isso acentua as dificuldades em garantir as condições ideais de saúde, educação e saneamento básico, áreas ainda frágeis em muitos pontos da região. Outra carência, que dependeria de maior atenção do governo federal, é o pouco incentivo à promoção de cursos profissionalizantes e de aprimoramento – a falta de mão de obra qualificada é um problema crônico para o

desenvolvimento dos municípios. O dirigente entende que a forma de classificação deveria ser revista pelos levantamentos do IBGE. Prefeito de Capão da Canoa, Amauri Magnus Germano se junta a ele na reivindicação:

“As pessoas com duas residências acabam ficando aqui o dobro do tempo, mas não são contadas nos índices que nos permitem receber mais recursos dos governos estadual e federal. É uma divergência que se vê aí”, aponta. “Às vezes, a pessoa fica na praia seis meses, 10 meses e o endereço principal dela é em outra cidade. Os técnicos do IBGE deveriam estudar regiões como a nossa. Nós aqui muitas vezes crescemos mensalmente”, afirma.

Em Imbé, a percepção do poder público caminha na mesma direção: “O Litoral já é, por si só, um local com apelo de migração de pessoas, pela qualidade de vida, e a prova é que somos a região que mais cresceu no Estado. Agora com esse evento catastrófico, no momento do recomeço, as pessoas vão pensar em fazer isso em um local que se sintam mais seguras. É claro que vai haver migração. Muitos já declaram que vão ficar aqui”, relata o prefeito, Ique Vedovato. “Aqui, foram acolhidos, tiveram o que não tem lá, as crianças vão para a escola e já saem com uniforme, com material escolar. As famílias se cadastram e podem pegar cestas básicas”, relata.

A sobrecarga nas áreas de saúde e educação é uma das maiores preocupações dos dirigentes municipais nesse momento pós-enchente. “São crescimentos populacionais que deveriam acontecer



“Acaba que o IBGE não identifica essas migrações que acontecem para o Litoral, e os municípios seguem recebendo recursos proporcionalmente à população oficial. Mas as prefeituras vão absorvendo, os prefeitos querem resolver a situação do cidadão que bate ali na porta, porque conhecem um a um.”

**Marcelo Arruda,**  
presidente da Famurs e prefeito de Barra do Rio Azul

aos poucos, porque aí vai se projetando o orçamento da cidade. De modo repentino, gera preocupação”, ilustra o representante de Capão. Segundo Amauri Magnus Germano, várias providências foram tomadas em sua cidade para se adequar ao cenário de possível maior demanda. A inauguração de uma escola de educação infantil, por exemplo, foi antecipada e 22 escolas remanejaram estruturas para abrir mais salas. “A falta de vagas já era um problema anterior



Crescimento populacional de municípios litorâneos acelerou na pandemia

à presença dessas pessoas agora, porque a cada veraneio mais gente fica por aqui”, justifica.

Ciente do problema, a Famurs (Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul) pretende abrir um diálogo com os governos estadual e federal depois de radiografar mais precisamente a situação de cada região pós-enchentes. A entidade prepara um congresso para julho, provavelmente na segunda semana. A migração climática deverá estar na pauta.

“No debate com os municípios, durante o congresso, vamos detalhar as ações que temos de tomar em conjunto, não isoladamente, analisando impactos e quais os grandes gargalos de cada região”, promete Marcelo Arruda, presidente da entidade. Para ele, a grande reivindicação do Litoral deverá ser a de mais recursos. “Crescer de repente é um desafio, como aconteceu na pandemia, pois exige recursos para saúde e educação, grandes preocupações

de prefeitos e prefeitas dessas regiões”, explica. Para ele, a decisão de se fixar na praia vai depender muito da estrutura que cada município tem a oferecer.

O dirigente entende, ainda, que a chegada de um contingente de pessoas vindo de outras cidades também é uma oportunidade para o desenvolvimento da região litorânea. “Todos os municípios têm carência de mão de obra”, aponta. Então, a migração pode proporcionar a negócios e empresas locais a contratação de colaboradores com currículos melhores.

Como entidade que representa todas as cidades gaúchas, a Famurs não perderá de vista o esforço de garantir às regiões destruídas pelas inundações os recursos prometidos, para se reestruturarem de forma ágil e adequada. Para Marcelo Arruda, a maioria das pessoas não quer sair de sua cidade de origem, onde estão familiares e amigos. Quer permanecer. “Desde que com segurança.”

## Região é campeã em ‘domicílios ocasionais’

Um ponto levantado pelos prefeitos do Litoral é que os indicadores do IBGE não identificam as longas permanências – espontâneas ou forçadas, como no caso da enchente – nem a rapidez com que a região ameaça crescer a cada vez que serve de refúgio, durante um veraneio ou fora dele.

O Censo acontece a cada 10 anos. A pandemia de Covid-19 adiou o levantamento previsto para 2020 e, no ano seguinte, não houve pesquisa em virtude da contenção de gastos. Assim, os resultados mais re-

centes do censo demográfico são de 2022 e só começaram a ser divulgados em junho do ano passado. Os dados ajudam a qualificar a gestão no País, na medida que servem de parâmetro para a implantação de políticas públicas.

Conforme a pesquisa, a população do Litoral Norte cresceu significativamente desde 2010 (ano do levantamento anterior): aumento de 23,3%, considerando as 23 cidades que compõem a Associação de Municípios do Litoral Norte (Amlinorte). Enquanto isso, a população do

Estado aumentou apenas 1,7%. Pelo censo mais recente, os moradores do Litoral Norte representam 3,8% do total de do Rio Grande do Sul.

Outra informação que chama a atenção é que o Litoral do Estado é campeão em “domicílios ocasionais”. Seis entre os 10 municípios com maior percentual de domicílios de uso ocasional ficam na região, incluindo os quatro primeiros na lista: Arroio do Sal, Xangri-Lá, Cidreira e Palmares do Sul. Balneário Pinhal e Imbé aparecem em sexto e sétimo lugares, respectivamente. De

## Arroio do Sal

Tem 72,1% das residências do tipo ocasional. Conforme o último Censo, a população passou de 7.740 habitantes para 11.057 durante o período, um aumento de 42,86%.

## Xangri-Lá

Cerca de 70% das moradias são ocasionais, e o número de moradores cresceu 32,4% (de 12.434 para 16.463 habitantes).

## Cidreira

Tem 67,9% de seus domicílios com uso ocasional, e o número de habitantes passou de 12.668 em 2010 para 17.071 em 2022.

acordo com o IBGE, o domicílio ocasional é o particular permanente que, na data de referência, servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados

para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.



## REPORTAGEM ESPECIAL

# Migração climática traz desafios e oportunidades

Lorraine Luz, especial para o JC \*

Não apenas a devastação de um local e a consequente dificuldade de retomar condições básicas de vida, mas também o medo de reviver o trauma de um evento climático extremo justificam um fenômeno já evidente em diferentes partes do mundo e agora passível de se verificar no Rio Grande do Sul: pessoas migrando para outras cidades onde se sintam mais seguras.

Para a doutora em Direito pela Ufrgs, a professora Laura Madrid Sartoretto, é necessário desenvolver mecanismos jurídicos e políticas específicos para proteger os direitos dos migrantes climáticos, quer sejam eles refugiados (termo usado quando cruzam fronteiras) ou deslocados internos, garantindo acesso a condições de vida dignas e a oportunidades de reconstruir suas vidas nos locais de destino.

“Acredito que os governos não apenas não estão avaliando de maneira adequada o aumento dos deslocamentos em função do clima, como também não estão considerando as consequências mais amplas das mudanças climáticas em todos os âmbitos da vida”, afirma a professora. Laura é advogada colaboradora do Grupo de Assessoria a Migrantes e Refugiados Gaire/Saju/Ufrgs e já trabalhou em diversos projetos com imigrantes e refugiados na Inglaterra, na Itália e no Brasil.

O último Relatório Mundial sobre Deslocamento Interno, publicado ano passado pelo IDMC - The Internal Displacement Monitoring Centre (Centro de Monitoramento de Deslocados Internos), ONG internacional criada em 1998 pelo Conselho Norueguês para Refugia-

## Razões dos refugiados climáticos

- ▶ Escassez de água
- ▶ Diminuição da produtividade no campo como um todo
- ▶ Temperaturas muito elevadas (estresse térmico)
- ▶ Aumento do nível do mar, o que levará a perda de terras
- ▶ Eventos climáticos extremos, como tempestades



Porto Alegre foi uma das cidades mais atingidas pela tragédia climática, superando a marca da cheia histórica que invadiu a capital gaúcha em 1941

dos em Genebra, indica que as catástrofes naturais causaram cerca de 32,6 milhões de deslocamentos entre países em 2022, um número maior do que por conflitos armados (28,3 milhões de migrações). O documento reforça, porém, que a maioria das pessoas “forçadas a fugir devido a desastres relacionados ao clima” se move de maneira regional. Relatório da ACNUR (agência da ONU para refugiados) prevê que até 2030 deve crescer o número de deslocados à força ou pessoas apátridas que buscam outro lugar para viver em decorrência das “crises causadas pelo clima e/ou vivendo em regiões vulneráveis ao clima”.

Conforme Laura, os deslocados internos por razões climáticas têm direitos básicos assegurados como quaisquer outros indivíduos, e é dever do poder público local garanti-los. No entanto, isso nem sempre se traduz na prática. Falta uma estratégia abrangente, que inclua investimentos em infraestrutura e habitação, melhorias em transporte, saúde e educação - bem como uma comunicação clara que evite discriminação e dificuldades de integração e inclusão social. O reconhecimento de qualificações profissionais e incentivos ao empreendedorismo seriam bem-vin-

dos também. “A comunidade local deve ser sensibilizada a aceitar e integrar os novos moradores, e não ver neles uma ameaça a seu próprio acesso a direitos sociais”, explica.

Laura também destaca que os migrantes podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, enriquecendo a cultura local e trazendo novas oportunidades. Então, o fenômeno pode ser um poderoso motor de desenvolvimento local - desde que bem planejado. Uma maior demanda beneficia comércio, serviços e habitação, gerando novos empregos e oportunidades de negócios. “Além disso, os migrantes frequentemente trazem consigo habilidades e perspectivas únicas, que podem fomentar a inovação e a criação de novos empreendimentos”, aponta ela.

Como ilustração, a especialista recorda a migração climática de nordestinos, em virtude da seca, nas décadas de 1950, 1970 e 1980-90. A força de trabalho foi essencial para a industrialização do Sudeste, especialmente em São Paulo. “Para maximizar os benefícios da migração, a atuação do poder público é essencial”, alerta.

O tema de casa dos municípios de destino é transformar os desa-

## Preocupação mundial

▶ A figura do migrante climático não está bem definida nem plenamente amparada. A base jurídica é importante para a construção de políticas públicas. O Direito Internacional não reconhece o termo “refugiado ambiental.” Eles são frequentemente chamados de “deslocados ambientais”, “pessoas deslocadas ambientalmente” ou “migrantes climáticos”. Ainda que essas definições não ofereçam a mesma proteção jurídica que a definição de refugiado, a ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) tem mandato para assistir e proteger essas pessoas.

▶ Em abril de deste ano, a ACNUR lançou seu primeiro Fundo de Resiliência Climática para construir a resiliência de pessoas refugiadas, comunidades deslocadas e seus anfitriões à crescente intensidade de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas.

▶ Para aprofundar o debate sobre as discussões em torno dos efeitos do deslocamento forçado de pessoas em razão das mudanças climáticas e dos desastres naturais extremos, a ACNUR promoverá nos dias 20 e 21 de junho, em Belém (PA), um evento internacional que contará com especialistas brasileiros e globais.

fios em oportunidades de desenvolvimento sustentável e prosperidade econômica.

Como a sensibilidade ao drama vivido pelos gaúchos está bem alta, se pressupõe que quem precise mudar de cidade ou mesmo de bairro possa ser bem recebido nos locais de realocação. Mas a especialista alerta: “Quando a ajuda da sociedade civil se tornar mais escassa e a questão dos atingidos deixar de estar em evidência na mídia, o que costuma acontecer

com o tempo, o papel do Estado como agente de promoção e implementação de políticas públicas continuará sendo essencial para enfrentar a crise climática, não apenas a atual, mas as que virão”.

No Brasil, atuam ACNUR e Organização Internacional para Migrações (OIM). Segundo a professora, todos os órgãos internos de assistência à população em geral também atuam com migrantes e refugiados em parceria com as organizações internacionais.



## AUXÍLIO

# Petrobras doa mais R\$ 20 milhões em ajuda para atingidos pelas cheias no Rio Grande do Sul

**RETOMADA** » Valor total doado desde o início da tragédia ultrapassa R\$ 30 milhões

A Petrobras e suas subsidiárias continuam atuantes no socorro às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Nesta semana, a diretoria executiva da empresa aprovou novo aporte, de R\$ 20 milhões, para atendimento humanitário nos municípios de Canoas e Esteio, que estão na área de abrangência da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Com isso, o valor total doado pela companhia em recursos financeiros e equipamentos já ultrapassa R\$ 30 milhões. As informações são da assessoria da companhia.

Desde o início da tragédia, a Petrobras tem atuado em diversas frentes. No primeiro momento da crise, o Clube dos Empregados da Petrobras - Cepe - de Canoas chegou a abrigar 600 pessoas. Hoje, 260 permanecem alojadas no clube e a companhia tem contribuído com o fornecimento de colchões, cobertores, roupas, materiais de higiene e alimentação.

A Petrobras também assinou um termo de doação de R\$ 400 mil reais ao Cepe, valor que é o necessário para um mês de continuidade operacional do clube como alojamento. Esse valor se soma aos R\$ 350 mil que já haviam sido doados para mobilização inicial e contratação de serviços para o abrigo.

Outros R\$ 2 milhões estão sendo utilizados para aquisição de itens de alimentação e higiene para as famílias abrigadas no clube e as comunidades de Esteio e Canoas. Cerca de 1,9 milhão de litros de água potável já foram distribuídos, o que atendeu cerca de 100 mil pessoas por 20 dias.

Até agora, já foram doados 75 mil litros de Jet A, combustível para aeronaves da FAB; 8,8 mil litros de gasolina e 1,2 mil litros de diesel que abastecem barcos, viaturas e geradores de energia dos bombeiros, o que permitiu que resgates fossem feitos também durante a noite. Somente no que tange aos combustíveis, a diretoria da Petrobras autorizou a doação do equivalente a R\$ 2 milhões.

Também foram cedidos equipamentos, como as três bombas disponíveis nas bases dos centros



DIVULGAÇÃO/PETROBRÁS/JC

Crianças e adolescentes abrigados no Clube dos Empregados da Petrobras (Cepe Canoas) visitaram a Refinaria Alberto Pasqualini

de defesa ambiental da companhia em Imbé (RS) e Itajaí (SC). Atendendo a um pedido do Ministério de Minas e Energia, esses equipamentos, que têm capacidade de sucção de 270 metros cúbicos por hora, estão ajudando a desalagar áreas menores, espaços confinados ou interiores de edificações públicas.

Um dos equipamentos foi utilizado para retirar a água de áreas alagadas no bairro Sarandi, em Porto Alegre, e as outras duas estão atendendo à região metropolitana. Foram cedidos, ainda, um helicóptero para transporte de gêneros essenciais, além de embarcações para a Defesa Civil atuar nos resgates e freezers para a conservação de medicamentos.

Por meio da Usina Termelétrica

de Canoas (UTE), foram doados 9 mil litros de água para abastecer os caminhões do Corpo de Bombeiros do município.

A Petrobras também se mobiliza para contribuir em preservar a saúde física e mental de empregados, prestadores de serviço e da população atingida, em especial a que está abrigada no Cepe, por meio de ações de combate a doenças infecciosas e leptospirose, além de atendimento psicológico e assistência social.

No dia 29 de maio, cerca de 50 crianças e adolescentes alojados no clube foram recebidas na Refap. O grupo teve o acompanhamento da equipe do Centro de Formação Tereza Verzeri (CFTV), responsável pelo projeto Criança Cidadã, patrocinado pela Petrobras, que

também atua na ajuda às vítimas das cheias. As crianças e jovens puderam conhecer o laboratório e até fazer alguns experimentos, em uma abordagem lúdica sobre produção e refino de petróleo.

Além das respostas imediatas à emergência, a diretoria da Petrobras criou um grupo executivo para aprofundar na análise e definir ações da companhia para contribuir com o cuidado com as pessoas, trabalhadores próprios e de empresas contratadas, fornecedores e retomada da economia do Rio Grande do Sul. A expectativa é que esse grupo apresente uma proposta de ações estruturantes para o estado e em resposta a eventos climáticos extremos.

Entre as temáticas em discussão, estão a criação de um fundo

de prevenção e mitigação de desastres ambientais; infraestrutura e emprego das comunidades; apoio a educação, saúde e cultura; ações ambientais e emissões. "A Petrobras está comprometida com a retomada econômica e social do Rio Grande do Sul. O objetivo é que a Petrobras seja catalisadora da cadeia produtiva, mobilizando empresas e fornecedores, em articulação com a Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do RS", explica a Diretora de Assuntos Corporativos, Clarice Coppetti.

A Petrobras tem, no Rio Grande do Sul, a Refap, a Usina Termelétrica de Canoas (UTE-Canoas), os Terminais Aquaviários de Osório, Rio Grande e Niterói, e mais de 140 km de dutos da Transpetro.



# DOE PARA A FUNDAÇÃO O PÃO DOS POBRES



Doe agora pela chave PIX  
[paodospobres@paodospobres.com.br](mailto:paodospobres@paodospobres.com.br)  
ou pelo QR CODE no aplicativo  
do seu banco e faça parte dessa  
reconstrução.

Nós sabemos que o **Brasil inteiro está mobilizado** para ajudar os afetados pelas enchentes históricas no Rio Grande do Sul.

E sabemos que você está ajudando familiares e amigos nesse momento difícil, **mas se você puder apoiar o Pão dos Pobres com qualquer valor, você também vai ajudar a recuperar o espaço que acolhe mais de 1.800 jovens e crianças, além de garantir a distribuição de mais de 42 mil refeições por mês.**

 /fundacaopaodospobres



Pão dos Pobres

Todo dia um novo futuro.